







479  
U ELREY. Faço saber aos que este Alvará de declaração virem: Que sendo-me presente por parte da Junta da Administração da Companhia Geral do Grao Pará, e Maranhão, que sobre a intelligencia do Paragrafo dezoito da Instituição da mesma Companhia se tem movido differentes questões naquelle estado entre os Ministros de Justiça delle, e os Commandantes das Frota: Pedindo-me, que para cessar toda a duvida, e se conservar sempre huma perfeita harmonia entre os ditos Officiaes Militares, e Ministros Civís, houvesse por bem declarar a minha Real intenção, para se observar o sobredito Paragrafo no seu verdadeiro, e genuino sentido: Sou servido declarar, que a isenção, estabelecida pelo mesmo Paragrafo, se deve entender, para não poderem as Pessoas nelle conteúdas ser embargadas, constangidas, ou molestadas pelos Governadores, e Ministros Politicos, Civís, ou Criminaes dos Pórtos, a que se dirigem: E para que no caso de deserção das Náos, e Navios, ou de crimes pertencentes á Navegação, e disciplina da Marinha, sejaõ os Reos castigados pelos Commandantes das Frota, sem duvida alguma: Porém nos outros casos de commetterem nos Pórtos, onde se acharem, ou nas Terras delles, quaesquer outros crimes, prohibidos pelas minhas Leys, cujo castigo dependa da jurisdição contenciosa; seraõ sujeitos os mesmos Reos a todos, e quaesquer Ministros Civís, ou Criminaes, quanto á prizaõ, e á Autuação dos delictos: Com tanto, que depois de prezos os Reos, e de formados os Autos das suas culpas, os remettaõ immediatamente, sem delles tomarem outro conhecimento, aos Juizes Conservadores da mesma Companhia, a quem toca processallos, dar-lhes livramento, e sentenciallos, como por suas culpas, e defezas lhes parecer, que he justo.

Pelo que: Mandó ao Presidente do Conselho Ultramarino, ao Vice-Rey, e Capitaõ General do Estado do Brasil, e a todos os Governadores, e Capitaens Móres delles; como tambem aos Governadores das Relações da Bahia, e Rio de Janeiro, e Desembargadores dellas; e a todos os Proveedores,



dores, Ouvidores, Juizes, Justiças, e mais Pelloas, a quem o conhecimento deste pertencer, o cumpraõ, e guardem, e o façaõ cumprir, e guardar taõ inteiramente, como nelle se contém, sem embargo de quaesquer Leys, Regimentos, Disposiçoens, Ordens, ou estylos contrarios, que Hey por bem derogar para este effeito sómente, ficando aliás sempre em seu vigor. E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, e o seu effeito haja de durar mais de hum anno, não obstantes as Ordenaçoens em contrario: Registando-se em todos os lugares, onde se costumaõ registrar semelhantes Leys: E mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado em Belem, no primeiro de Agosto de mil setecentos e cincoenta e oito.

R E Y. . . . .

*Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.*

**A** Lvará, porque V. Magestade he servido declarar o Paragrafo dezoito da Instituição da Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhão: na fôrma, que nelle se contém.

Para Vossa Magestade ver.

*Filippe Joseph da Gama* o fez.

Registado na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, no livro da Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhão, a fol. 118. Belem a 2. de Agosto de 1758.

*Filippe Joseph da Gama.*



